

A PRÁTICA PSICOLÓGICA ALINHADA A DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

JESSICA MACHADO CARVALHO¹; MARIANA MORGENTAL AZAMBUJA²; PEDRO
FEIJÓ SOULUÉ GRACIOLI³;

MARIANE LOPEZ MOLINA⁴:

¹Universidade Federal de Pelotas – jessica.carvalho379@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mari_azambuja@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – pedrofsgracioli@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – mariane.molina@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Embora questões de gênero tenham visibilidade ampliada, a compreensão da sua construção social e suas implicações na subjetividade da população ainda são desafios presentes na sociedade contemporânea, e refletem, diretamente, a realidade das pessoas trans. O gênero é entendido como uma performance de papéis culturais, os quais já existem antes mesmo do nascimento de um indivíduo e são mantidos por práticas sociais, as quais constroem e reafirmam o que é feminilidade e masculinidade, bem como o que é ser homem ou mulher (ZANELLO, 2018). Contudo, é somente a partir das experiências adquiridas que a identidade de gênero será construída; quando esta alinha-se às expectativas sociais ligadas ao sexo biológico atribuído no nascimento, a pessoa é definida cisgênero, assim, pessoas que não se identificam com a identidade masculina ou feminina lhes atribuída ao nascer, sem necessariamente se identificarem com uma ou outra, são conhecidas como pessoas trans; o termo transgênero engloba diversas identidades como travestilidade, transexualidade, dentre outros (GUTIERRES; LORDELLO, 2020).

Para contextualizar, a sociedade tem sua estrutura firme na cisnormatividade, e, desse modo, embora a produção de subjetividade atravesse todas as pessoas, somente pessoas não heterossexuais e não cisgênero têm sua subjetividade questionada e a partir disso: sua identidade negada, seu corpo erotizado, possibilidades de trabalho restringidas e sua vida ameaçada (FOUCAULT, 1988). Assim, compreende-se que diversas demandas e sofrimentos psíquicos são causados pela transfobia estrutural. Desse modo, promover saúde significa priorizar estratégias que colaboram para o desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos sujeitos, por meio da ação de políticas públicas, e reorganização dos serviços de saúde, considerando especificidades populacionais e aspectos biopsicossociais que se interseccionam (GUTIERRES; LORDELLO, 2020).

A Psicologia da Saúde, para elucidar, não direciona seu olhar para os fenômenos que cabem ao foro médico, mas à forma como o sujeito experiencia seu estado de saúde e doença, sua relação consigo e também com o mundo (ALMEIDA; MALAGRIS, 2011). Sob esse olhar, a escolha do Ambulatório T da UFPel como local de realização de estágio se deu pela compreensão da relevância e potência de um ambiente caracterizado pela não patologização das identidades trans.

Os Estágios Básicos são disciplinas de caráter obrigatório, as quais proporcionam a “atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins” (UFPel, 2013, p. 5). Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as experiências dos acadêmicos do 4º semestre do curso de Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), através da observação do Ambulatório Trans da UFPel para a disciplina de Estágio Básico II, com enfoque na atuação do psicólogo na área da saúde.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

A partir da compreensão do relato de experiência como expressão escrita de vivências, o presente trabalho é capaz de beneficiar a academia e sociedade na sua contribuição com o progresso do conhecimento científico. Desse modo, sua propagação está relacionada com a transformação da sociedade, uma vez que o saber científico participa da formação dos sujeitos, estes responsáveis pela mudança do social (CÓRDULA; NASCIMENTO, 2018). Assim, justifica-se a escolha do modelo de relato de experiência no entendimento dos registros escritos de observações como maneira de expor o conhecimento empírico de forma sistemática (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

Os autores realizaram observações no grupo coletivo do Ambulatório Trans, localizado no Centro de Pesquisas Epidemiológicas da UFPel - Dr. Amílcar Gigante. Criado em 2018 e conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2024, é formado por uma equipe multidisciplinar de médicos, psicólogos, assistente social, técnicos de enfermagem, enfermeiras, além de receber suporte da Faculdade de Psicologia e Terapia Ocupacional. O grupo coletivo do Ambulatório Trans, vinculado ao Serviço Único de Saúde (SUS), tem seu propósito de controle social do serviço ofertado aos usuários, além de apoio psicológico, que ocorre toda última sexta feira do mês, a qual profissionais e usuários reúnem-se e criam a oportunidade de dialogar sobre assuntos específicos, vivências e manifestações, atendendo a uma agenda prévia estabelecida coletivamente. Esse espaço representa o atendimento humanizado às pessoas trans pensando sua saúde para além do Processo Transexualizador, inclui a saúde mental, atravessada por reflexos sociais, culturais, políticos e econômicos vistos com integralidade, e caminha para além das lógicas médicas prescritivas e patologizantes das identidades trans, uma vez que essas, vinculadas à estrutura social, reproduzem a transfobia.

As reuniões do grupo ocorrem na última sexta feira de cada mês, desse modo, os discentes participaram de três reuniões do grupo coletivo, ocorridas em

dezembro de 2024, janeiro e março de 2025. O período de fevereiro foi dedicado ao desenvolvimento de um *folder* informativo com o objetivo de ser um produto do estágio da observação realizada, uma forma de retornar à comunidade os conhecimentos adquiridos na observação através de um produto físico e utilitário. Assim, o produto abrange informações consideradas importantes e necessárias pelos usuários do Ambulatório Trans, englobando orientações jurídicas de como proceder frente a casos de transfobia e retificação de documentos para alteração de nome e gênero no registro civil.

Durante as reuniões os acadêmicos, além da observação ativa, participavam de rodas de conversa através de questionamentos e discussões no grupo, baseadas na horizontalidade entre usuários e colaboradores, fato o qual potencializa o sentimento de coletividade e pertencimento entre os usuários. As observações feitas durante os dias estagiados foram discutidas em supervisão acadêmica em conjunto com colegas e professora orientadora de estágio, com o apoio de referenciais bibliográficos, fundamentais para a construção do conhecimento e olhar crítico sobre a realidade observada.

Portanto, a partir da experiência vivenciada, é importante destacar, que o diálogo, presente no grupo, por si só, pressupõe a não prescrição e não hierarquia que constrói um senso de pertencimento e acolhimento em um ambiente geralmente marcado pela lógica prescritiva: o ambiente hospitalar. Logo, a horizontalidade permite a discussão a respeito dos serviços e vivências enfatizando a necessidade de especialização dos profissionais da saúde que carregam estigmas e preconceitos institucionalizados, esses podem afastar população trans dos serviços básicos de saúde mesmo que parte seja destinado exclusivamente a ela (SIMAS; PEREIRA, 2023). Portanto, a atuação do psicólogo, deve ser pautada no papel de apoio e respeito a autodeterminação das identidades trans, em conformidade com os princípios éticos da profissão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Nesse sentido, é dever de todos os atores dos serviços de saúde desenvolver um olhar humanizado sobre os usuários, bem como cultivar uma postura não patologizante ou restrita à elaboração de documentos e diagnósticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do período de observação estagiado no Ambulatório Trans, destaca-se como principal percepção e discussão no processo de construção deste trabalho, a despatologização das identidades trans através de uma postura não prescritiva dos profissionais da Psicologia e da saúde. Nesse viés, ao pensar a saúde de pessoas trans, principalmente sua saúde mental, as questões não se limitam à hormonioterapia ou transgenitalização, mas sim na sua integralidade, a forma como se experimenta a vida e suas vivências. Enfim, as observações realizadas durante o estágio se apresentaram essenciais para a construção de uma postura profissional comprometida com uma promoção de saúde que caminha de mãos dadas à compreensão do ser em sua totalidade, não restrita ao sinônimo de ausência de doenças.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A.; MALAGRIS, L. E. N. A prática da psicologia da saúde. **Rev. Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 183-202, dez. 2011.

CÓRDULA, E. B. L.; NASCIMENTO, G. C. C. A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-10, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 jan. 2018. Acessado em 19 ago. 2025. Online. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: Volume 1 - A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GUTIERRES, S. M.; LORDELLO, S. R. Promoção da saúde com transexuais e travestis: uma revisão sistemática de literatura. **Revista psicologia política**. São Paulo, vol.20, n.47, pp.165-177, 2020.

MUSSI, R. F de Freitas, FLORES, F. Fernandes, e ALMEIDA, C. Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, 17(48), 60-77, 2021.

SIMAS, L.F.; PEREIRA, D.F. O papel da psicologia no processo transexualizador do SUS: desafios e impactos sofridos por pessoas transexuais. **Revista Diversidade e Educação**, v. 11, n. 2, p. 645 - 668, 2023.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel). **Manual de regulamentação dos estágios básicos e específicos**. Curso de Psicologia. (2013). Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/psicologia/files/2013/04/MANUAL-DE-EST%C3%81GIO.pdf>

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.